



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO

FLÁVIA BRITO DE ARAÚJO

A PRÁTICA ALFABETIZADORA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:  
SUJEITOS E PROCESSOS

**JOÃO PESSOA – PB**  
**2014**

A663p Araújo, Flávia Brito de.

A prática alfabetizadora na educação de jovens e adultos:  
sujeitos e processos / Flávia Brito de Araújo. – João Pessoa: UFPB,  
2014.

51f.

Orientador: Laura Maria de Farias Brito  
Monografia (graduação em Pedagogia) – UFPB/CE

1. Alfabetização. 2. Analfabetismo. 3. Educação de jovens e  
adultos. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7 (043.2)

FLÁVIA BRITO DE ARAÚJO

A PRÁTICA ALFABETIZADORA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:  
SUJEITOS E PROCESSOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Centro de Educação da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito obrigatório para obtenção  
do grau de Licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:**

Prof<sup>a</sup> MsC. Laura Maria de Farias Brito

JOÃO PESSOA – PB

2014

**FLÁVIA BRITO DE ARAÚJO**

**A PRÁTICA ALFABETIZADORA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: SUJEITOS E PROCESSOS**

**João Pessoa, 27 de março de 2014.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª MsC. Laura Maria de Farias Brito – CE/ UFPB  
(Orientadora)

---

Profº Dr. Alexandre Magno Tavares da Silva – CE/ UFPB  
(Examinador)

---

Profª Drª Maria Alves de Azerêdo – CE/ UFPB  
(Examinadora)

*DEDICO este trabalho à Deus, o Senhor da minha vida,  
que merece toda honra e glória, que sempre tem cuidado  
de mim, demonstrando o Seu eterno amor, colocando  
pessoas em meu caminho para me ajudar.*

## AGRADECIMENTOS

*Ao meu Senhor Deus, que de uma forma milagrosa me fez ingressar na Universidade, realizando um dos meus grandes sonhos, e que nesta caminhada não me desamparou em nenhum momento, me fazendo entender a cada dia o Seu plano, sempre cuidando de mim.*

*Ao meu amigo Espírito Santo que me presenteia todos os dias com a Sua doce presença, e me conduz por onde devo caminhar, me consola nos momentos difíceis e me inspira em tudo o que faço.*

*À minha linda família, que tanto amo: meus pais, Arnaldo Silva de Araújo e Maria José Brito de Araújo e meus irmãos, Albanizia Brito de Araújo e Arnaldo Silva de Araújo Filho, que apesar da distância física, sempre estiveram presentes me apoiando com palavras de ânimo, e que em nenhum instante deixaram de me dar o suporte necessário.*

*Às minhas avós Aguida do Nascimento Brito (in memorian) e Maria do Céu Silva de Araújo, e tia Marinalva do Nascimento Brito, por me acolherem em suas casas, com tanto carinho todas as vezes que precisei.*

*Aos meus pastores: Samuel Rodrigues Cunha e Valquíria Veloso Cunha, por me orientarem, por me ouvirem, por acreditarem que sou capaz, por entenderem minhas ausências e por me deixarem uma grande lição de como compreender as pessoas.*

*À professora Laura Maria Farias de Brito, que prontamente aceitou ser a minha orientadora neste trabalho, acreditando no meu potencial, e que ultrapassou o limite da técnica escrita e orientações acadêmicas, me ensinando a ser uma professora mais sensível e compreensiva.*

*Aos parentes, irmãos em Cristo e amigos que, em algum momento, foram usados por Deus para abençoarem a minha vida, em especial, tia Marluce Nascimento Souza e seu esposo, José Antônio Pereira Souza, Dayse Batista, Mônica Gonçalves, Ana Célia Carvalho, Prs. José Francisco Pontes e Giselda Pontes, Ragner da Silva, Edlúcia dos Santos, Severina Raquel e Jane Sena.*

*À todas as pessoas que intercedem por mim: muito obrigada.*

*“Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. (FREIRE, 1987).*

## **LISTA DE SIGLAS**

EJA – Educação de Jovens e Adultos

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério de Educação e Cultura

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar os caminhos para pensar, propor e desenvolver práticas alfabetizadoras, a partir da compreensão do fenômeno do analfabetismo e seus determinantes sociais, econômicos e políticos e das concepções de alfabetização na perspectiva freireana. O estudo permitiu confirmar a dimensão política do fenômeno analfabetismo e consolidar a idéia de que é possível encaminhar essa prática na perspectiva de educação, defendida por Paulo Freire, (dialógica, problematizadora, libertadora) que impulsiona a alfabetização crítica e inovadora. Teve como contribuição teórica os textos de Paulo Freire; Moacir Gadotti; Miguel Arroyo; Carlos Brandão, entre os principais, e como percurso metodológico a pesquisa de campo de natureza empírica do tipo qualitativo-descritiva, onde utilizamos como instrumentos a observação efetuada na *in loco* e entrevistas não-estruturadas dirigidas à alunas/os do Ciclo I, da Educação de Jovens e Adultos em uma Escola da rede pública do município de Cabedelo/PB. Também foi utilizado um questionário realizado com alfabetizadoras, em processo de Formação Continuada, do Programa Brasil Alfabetizado, do município de João Pessoa, ministrada na UFPB. Através destes instrumentos foi possível construir um perfil dos sujeitos que fazem parte do processo de alfabetização na EJA, (alfabetizandos e alfabetizadores), e fazer a reflexão sobre essa prática, como um espaço privilegiado de formação para a cidadania, proporcionando aos alfabetizandos, não apenas a aquisição da escrita e da leitura de palavras e números, mas que seja-lhes permitido usufruir do direito de pensar, falar, criticar, ou seja, ter o direito de ser no mundo.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Analfabetismo. Educação de Jovens e Adultos.

## **ABSTRACT**

The objective of this study was to identify the best ways of thinking, proposing and developing alphabetizing practices, from the comprehension of the illiteracy phenomenon and its social, economic and political determiners and conception about alphabetizing from a Freirian perspective. This study allows us to confirm the political dimension of the illiteracy phenomenon and consolidate the idea that it is possible to follow the steps that were once from FREIRE (Dialogue, idealistic, releasing) that gives strength to a new and critical alphabetization. There were theoretical contribution from Paulo Freire; Moacir Gadotti; Miguel Arroyo; Carlos Brandão and the methodological trajectory was by using in loco research type descriptive research with quantitative approach where we observed and made non-structured interviews oriented to teachers while the process of "Formação Continuada", by governmental program "Brasil Alfabetizado" from João Pessoa city in UFPB. Through those instruments it was possible to build a profile showing those people who are part of the process of alphabetization on EJA (learners and teachers) and make reflections about this practice as a place to build their citizenship, exposing the learners to a more complete experience, not only writing and reading or even numbers with no meaning. But that they will be granted to the right of thing, speak, criticize, have the right to be a human being in the world.

**Key-words:** Alphabetizing. Illiteracy. Young and Adult Education

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>BREVE HISTÓRICO SOBRE O ANALFABETISMO E A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>COMPREENSÃO DO ANALFABETISMO ENQUANTO QUESTÃO POLÍTICA .....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>CONCEPÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA FREIREANA ..</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>A PRÁTICA ALFABETIZADORA: SUJEITOS E PROCESSOS .....</b>	<b>28</b>
<b>6</b>	<b>ALFABETIZAÇÃO E ALFABETIZADORES: REGISTROS E REFLEXÕES .....</b>	<b>33</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>50</b>

## 1. APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) atende, em princípio, às exigências acadêmicas do Curso de Licenciatura de Pedagogia da UFPB, tendo possibilitado estudar e pesquisar a temática Alfabetização relacionada à Educação de Jovens e Adultos.

A escolha da temática parte do nosso encantamento com a *arte* de alfabetizar. Este encantamento surge anos antes de iniciarmos o curso de Pedagogia e, aproximadamente, uma década se passa entre o anseio e a formação, não havendo neste espaço a oportunidade de exercermos o ofício de alfabetizar. Vimos, então, na realização deste trabalho a ocasião oportuna de pesquisar, conhecer, aprofundar e aprender sobre o analfabetismo e a alfabetização, quanto aos conceitos, tendências, princípios, enfim, aspectos teóricos e metodológicos que envolvem uma alfabetização de excelência para jovens e adultos.

Aqui não nos restringimos a apresentar as técnicas de alfabetização, mas sim, como utilizá-las nesse caminhar, para que jovens e adultos sejam inseridos no mundo da leitura, não somente para reconhecer a escrita das palavras e saber escrever o próprio nome, mas ampliar para que sejam capazes de ler, escrever, entender, interpretar e reescrever com autonomia e, assim, cresçam no domínio do conhecimento, capazes de pensar a respeito dos mais diversos assuntos, externando suas opiniões com segurança, deixando de ser meros figurantes para serem participantes em uma sociedade onde eles tenham vez e voz.

A partir deste interesse, levantamos as seguintes questões que, de certa forma, contribuam para nortear nosso estudo e pesquisa: Como desenvolver projetos pedagógicos de alfabetização de jovens e adultos?; Quem são os professores/ alfabetizadores?; Quais são as maiores dificuldades que os alfabetizadores enfrentam para realizar seu trabalho de pensar, decidir, planejar e realizar seu trabalho?; Quais as maiores dificuldades que os alfabetizados enfrentam no seu processo de alfabetização?

A busca de respostas para estes questionamentos veio definir o nosso objeto de estudo: desvelar as melhores direções e caminhos para encaminhar projetos de alfabetização de jovens e adultos.

Definimos então como objetivo geral identificar os caminhos para pensar, propor e desenvolver práticas alfabetizadoras, a partir da compreensão do fenômeno do analfabetismo e seus determinantes sociais, econômicos e políticos e das concepções de alfabetização na perspectiva freireana.

Quanto aos objetivos específicos foram assim delimitados: a) Compreender o fenômeno do analfabetismo e seus determinantes sociais, econômicos e políticos; b) Estudar

diferentes formas de conceber e desenvolver práticas alfabetizadoras; c) Construir um perfil dos sujeitos do processo da alfabetização (alfabetizadores e alfabetizandos) a partir de leituras de textos e de contatos com práticas alfabetizadoras; d) Identificar desafios, avanços e dificuldades enfrentados por alfabetizandos e alfabetizadores no interior desse processo de alfabetização; e) Conhecer e estudar os princípios teóricos e metodológicos para uma prática alfabetizadora de jovens e adultos, na perspectiva freireana, que permitam melhor analisar as experiências contactadas e a possibilidade de contribuir para os avanços dessas práticas.

O estudo deste tema foi fundamentado em vários autores, entre os quais destacamos: Freire (1981, 1987, 1996); Gadotti (2003); Arroyo (2006); Brandão (1981), dentre outros. Tomamos como base documentos legais, tais como, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2003, 2008); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96); Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos - Parecer CNE/CEB 11/2000; e Material Pedagógico publicado pela SECADI (BRASIL, 2006).

É importante destacar que tomamos como principal referência as reflexões de Paulo Freire, que consideramos exprimir com clareza e coerência as formas adequadas para desenvolver o trabalho pedagógico nesta modalidade.

Quanto à metodologia utilizada, identificamos esta pesquisa como de natureza empírica, pois analisamos teorias acerca da temática apresentada, buscando constatar-las através das falas das pessoas que estão envolvidas no processo de alfabetização com Jovens e Adultos. A respeito da pesquisa empírica, ressalta Demo, (1994):

A valorização desse tipo de pesquisa é pela "possibilidade que oferece de maior concretude às argumentações, por mais tênue que possa ser a base factual. O significado dos dados empíricos depende do referencial teórico, mas estes dados agregam impacto pertinente, sobretudo no sentido de facilitarem a aproximação prática" (DEMO, 1994, p. 37).

Neste percurso, o tipo de pesquisa de campo foi qualitativo-descritivo utilizando como instrumentos a observação efetuada na vida real (na sala de aula), e entrevistas não-estruturadas dirigidas aos professores e aos alunos.

Nesta jornada, nos dedicamos a destacar o diálogo como fonte de pesquisa, primordial para a compreensão de como deve ser o processo de Alfabetização em Educação de Jovens e Adultos. Fonte esta tão defendida e valorizada por Paulo Freire (1987), que em seus discursos e experiências, esclarece e testemunha sua visão de educação, na perspectiva libertadora,

realçando o diálogo como uma “exigência existencial, sem a qual não é possível aos homens ganharem significação enquanto homens”.

Na concepção de Paulo Freire (1987), o diálogo humaniza e traz ao sujeito o direito de pronúncia, que por sua vez é uma ponte para a transformação.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (FREIRE, 1987, p.44)

Para que esta dialogicidade fosse colocada em ação partimos para a prática da escuta e então conhecer, anseios, desafios, práticas, expectativas; e a partir daí começamos a identificar caminhos viáveis para pensar, propor e desenvolver projetos pedagógicos de alfabetização em Educação de Jovens e Adultos.

Este trabalho foi organizado da seguinte forma: no capítulo 2, que se segue a esta apresentação, trazemos um breve histórico sobre o analfabetismo e a alfabetização no Brasil. Na discussão do Capítulo 3, mostramos de que modo compreendemos o analfabetismo como uma questão política e apontamos as taxas de analfabetismo no Brasil, no Nordeste e na Paraíba. As concepções da alfabetização na perspectiva freireana são apresentadas no capítulo 4, onde identificamos princípios teóricos e metodológicos para a alfabetização em Educação de Jovens e Adultos, focalizando uma educação libertadora e democrática.

Seguimos nossa pesquisa com a apresentação da prática alfabetizadora: sujeitos e processo, na qual abordamos quem são os alunos e alunas da EJA, para que os educadores reconheçam as especificidades deste público e assim lecionem conscientes das metodologias necessárias para que os alfabetizandos se apropriem do domínio da escrita e da leitura e de que forma os educadores-alfabetizadores devem estar preparados para este processo.

No Capítulo 6 trazemos registros e reflexões de uma prática alfabetizadora e seus principais sujeitos, observados em uma Escola Municipal da Rede Pública do município de Cabedelo, – a qual preservamos o nome, por questões de ética profissional - em uma turma do Ciclo I, nosso principal campo de pesquisa. E também como é o processo de orientação na Formação Continuada para educadores do Programa Brasil Alfabetizado. Neste item deixamos registradas nossas impressões a partir das observações, baseando-nos em produtivas leituras concernentes a temática em questão, bem como também registramos a experiência na aplicação de uma aula apreendida em uma de nossas visitas à Formação Continuada para educadores do Programa Brasil Alfabetizado.

Nas Considerações Finais, sistematizamos o que entendemos de nossa pesquisa e de que forma ela traz contribuições para a Educação em todas as suas modalidades de ensino.

Para finalizar apresentamos nossas referências bibliográficas e cópia dos documentos utilizados nas entrevistas realizadas com os alunos e alunas da EJA no campo de pesquisa, e as perguntas que nortearam a construção de um perfil das alfabetizadoras que são orientadas na Formação Continuada do Programa Brasil Alfabetizado.

Desta forma, encaminhamos a pesquisa, através da qual identificamos quais os sujeitos que fazem parte do processo de alfabetização, e de que forma estabelecê-lo em uma prática que visa oportunizar jovens e adultos a *serem mais*, no que diz respeito a aquisição da leitura e escrita.

## 2. BREVE HISTÓRICO SOBRE O ANALFABETISMO E A ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Ao longo da história, ocorreram muitos debates em defesa de uma educação que reconheça e se identifique com os anseios de milhares de jovens e adultos ainda não alfabetizados, que assuma o desafio de contribuir para que a alfabetização não conste nos dados estatísticos, expressando apenas os que conseguem escrever o próprio nome, mas que se revele como dado de conquista para que cada ser humano usufrua de seus direitos de cidadão.

Há uma dívida social a ser paga às pessoas que sofreram com a negação do direito a educação.

Conforme consta no Parecer do Prof. Jamil Cury nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2000), esta dívida social deve-se ao fato de que por um longo tempo na história do Brasil, a leitura e a escrita foram consideradas desnecessárias e inúteis para uma parcela considerável da população, cerca de 70%, - em especial, para escravos, caboclos e indígenas - o direito de aprender ler e escrever ficava restrito para as elites ligadas a burocracia imperial ou para aqueles que exerciam as funções ligadas à política e ao trabalho intelectual. Apenas a partir da Constituição Imperial de 1824, que se reserva a todos os cidadãos a instrução primária gratuita, no entanto, a titularidade da cidadania era para os livres e libertos.

De acordo com breve histórico sobre a alfabetização de jovens e adultos no Brasil, apresentado no documento ‘Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática’, publicado pela UNESCO<sup>1</sup> (2008), somente no século XX, no início do período republicano, que a alfabetização começa a ser considerada no discurso político como “... regeneração da massa dos pobres brancos e negros libertos, a iluminação do povo e o disciplinamento das camadas populares, consideradas incultas e incivilizadas”, sendo a partir de então, o analfabetismo visto como uma *vergonha nacional*.

---

<sup>1</sup> UNESCO é a agência incumbida da coordenação da política global em direção à Educação para Todos (EPT), monitora a implementação das atividades, avaliando os progressos realizados, analisando as políticas efetivamente formuladas, disseminando conhecimentos sobre as boas práticas e alertando quanto aos desafios emergentes.



Consta neste mesmo documento da UNESCO (2008) que, em 1958 foi implantada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. No entanto, essas medidas foram criticadas por serem consideradas inadequadas para atender as especificidades dos adultos.

A partir dos anos 60, a alfabetização de adultos passa a servir a interesses políticos para ampliar bases eleitorais, nesse contexto, a alfabetização ganha novas práticas em movimentos de educação e cultura popular, dos quais a maior parte opta em seguir a filosofia e a proposta metodológica de alfabetização<sup>2</sup> do educador pernambucano, Paulo Freire. Não obstante, em 1964, devido ao golpe militar e às fortes restrições aos movimentos de educação populares, Paulo Freire, exilado, foi impedido de iniciar a elaboração das ações do Plano Nacional de Alfabetização. No entanto, as suas idéias, os princípios (teóricos e metodológicos) para a prática alfabetizadora se difundiram ao longo dos últimos 50 anos e permanecem, até hoje, como referência para práticas educativas com jovens e adultos, que se encaminham na perspectiva progressista e emancipatória desse público.

Paulo Freire criou uma proposta para a alfabetização de adultos que inspira até os dias de hoje diversos programas de alfabetização e educação popular. Sua compreensão inovadora da problemática educacional brasileira interpretava o analfabetismo como produto de estruturas sociais desiguais e, portanto, efeito e não como causa da pobreza. Freire propunha que os processos educativos operassem no sentido de transformar a realidade, e a alfabetização era vista como uma ferramenta propícia ao exame crítico e à superação dos problemas que afetavam as pessoas e comunidades (UNESCO, 2008, p.24).

Em 1971 foi instituída a reforma de ensino e lançado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), fundado a partir da criação da Lei nº 5.379/67. Mas este movimento não cumpriu a promessa de erradicar o analfabetismo e foi substituído em 1985, pela Fundação EDUCAR. Contudo as políticas públicas vigentes até 1990, não atenderam o que a Constituição Federal esperava e a Fundação EDUCAR foi extinta, e a responsabilidade com a alfabetização de jovens e adultos passou para as mãos dos Municípios. No entanto, poucos efetivamente, assumiram esta atribuição. Seguiu-se um período de proliferação de experiências em prol da erradicação do analfabetismo.

Acompanhamos no Brasil inúmeras ações educativas sem fins lucrativos que passam a exercer voluntariamente o papel, que é dever do Estado. Estas ações, assumidas por igrejas,

---

<sup>2</sup> O método de alfabetização proposto por este educador visava selecionar palavras do universo vocabular de um grupo a ser alfabetizado, e que fizessem sentido para sua realidade, podendo através destas palavras formar novas palavras, podendo assim, alfabetizar as pessoas em até três meses, vinculando a prática alfabetizadora ao exame de problemáticas opressivas e dominadoras.

associações e organizações de trabalhadores, ficaram conhecidas como educação popular, que pautaram suas práticas pedagógicas na filosofia político-pedagógica de Freire.

Uma das experiências que vem dando certo desde 1996 é o Programa Alfabetização Solidária (AlfaSol) que conta com a parceria de setores público, privado e sociedade civil, e exerce práticas educativas sustentáveis e visa ampliar a oferta pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Até o final de 2010 este Programa atendeu 2.205 municípios brasileiros, contribuindo significativamente para erradicação do analfabetismo, sendo reconhecida internacionalmente.

Destacamos o compromisso internacional que o Brasil assumiu no Fórum Mundial de Educação realizado em Dacar – Senegal (2000), onde um dos objetivos que foi estabelecido é de até 2015 reduzir à metade, o índice de analfabetismo.

Da mesma forma, citamos Projetos e Programas, que foram elaborados e estão sendo colocados em prática a partir deste compromisso com a erradicação do analfabetismo e que atuam no presente período, visando resgatar o direito à educação básica para jovens, adultos e idosos. Dos quais destacamos: o Projeto MOVA-Brasil, que desde 2003 vem desenvolvendo em parceria com a Petrobras, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Instituto Paulo Freire (IPF), baseando-se nos princípios filosófico-político-pedagógicos de Paulo Freire, e objetiva ir além das letras e números. Neste Programa, estão incluídos os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco/Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Sergipe; e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), realizado pelo MEC, desde 2003, tem o intuito de “promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil”. 90% de seu atendimento localiza-se na região Nordeste.

Atualmente, do ponto de vista legal, para que a educação seja estendida a todos, incluindo os jovens e adultos, podemos mencionar a Constituição Federal (1988), Art.214, que estabelece:

Art.214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO, 1988).

Na LDB, Art.2º, é garantido que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, 1996).

O Art.4º no inciso VII, da mesma Lei, ampara os jovens e adultos fixando:

oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, 1996).

Diante deste breve histórico sobre a Alfabetização de Jovens e Adultos no Brasil, começamos a compreender a dimensão desta dívida histórica-social e de que forma nossa nação adquiriu defasagens em termos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais, interferindo diretamente no direito de ser dos sujeitos, que não era garantido por nenhum órgão público.

Contudo, mesmo com a implantação de programas e projetos, atuação de associações e organização e estabelecimentos de leis, acreditamos que ainda falta trilhar muitos caminhos para que este direito seja pleno, principalmente quando tratamos de falar sobre o analfabetismo no Brasil.

### **3. COMPREENSÃO DO ANALFABETISMO ENQUANTO QUESTÃO POLÍTICA**

Compreendemos que adquirir conhecimento é a base que norteia a vida de todo ser humano. Estamos sempre em busca de responder às nossas inquietações e procuramos de alguma forma estas respostas. Por vezes em coisas, em pessoas e até mesmo em nossos ‘achismos’, não nos aquietamos enquanto não as encontramos.

É notório que o conhecimento é um dos meios que nos possibilita ou facilita sermos incluídos no mercado de trabalho, na vida social e até mesmo no lazer, na condição de sujeitos sociais e históricos.

No entanto, o acesso ao saber sistematizado e produzido cientificamente foi negado a muitas pessoas, arrancando delas a oportunidade de estarem inseridas com mais segurança e dignidade em nossa sociedade. Muitas delas, vivendo em constante vulnerabilidade social e apresentando tantas carências capazes de gerar consequências como, por exemplo, a redução das oportunidades de emprego, gerando o desemprego ou o subemprego, pela ‘falta de estudos’.

Estas consequências não possibilitaram, a estas pessoas, a condição de assumirem-se como sujeitos da sua história no mundo, capazes de refletir, indagar, problematizar a sua forma de estar no mundo, de forma a compreendê-la melhor e, compreendendo, ser capaz de buscar e agir em direção às mudanças que almeja, tanto em nível pessoal como social. E entendemos que quando não há indagações, dúvidas, questionamentos, não há espaço para o conhecimento.

Há inúmeras crianças, que tiveram que abdicar a sua infância para assumirem, precocemente, através do seu trabalho, o sustento da casa e que hoje são pessoas jovens ou adultas, identificados como público da EJA, para as quais lhes foi negado este direito de indagação porque não tiveram o direito à educação, não tiveram ao menos o direito de conhecer as letras e saber escrever o seu próprio nome.

Como então resgatar o “tempo perdido” e se apropriar do direito ao conhecimento e começar a viver como um ser pertencente ao mundo em constante movimento que requer de cada um de nós, análises e respostas seguras do que pensamos?

Identificamos que um dos meios para que haja este resgate é combater o analfabetismo, “considerado uma forma de exclusão social das mais severas nas sociedades contemporâneas” (IBGE, 2010), que ainda se apresenta como um vilão em nossa sociedade, que inviabiliza o acesso ao conhecimento sistematizado para tantos jovens e adultos.

A realidade é que muitas crianças são forçadas a abandonarem os estudos para trabalhar, e como consequência deste abandono forçado, vemos altos índices de analfabetismo no Brasil, e desta forma percebemos que este não é apenas uma questão pedagógica e sim política, pois por estas crianças, junto com suas famílias, viverem em condições precárias, por falta de emprego e de uma vida digna, acabam abandonando a escola para ajudarem na renda familiar.

O Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentado na Síntese de Indicadores Sociais e nos Indicadores Sociais Municipais, aponta cerca de 14,1 milhões de brasileiros analfabetos. O IBGE (2010) entende como pessoas analfabetas aquelas que não sabem ler e escrever um bilhete simples, as que apreenderam a ler e escrever, mas esqueceram, e aquelas que apenas assinam o próprio nome.<sup>3</sup>

O **Nordeste** é a região que tem o índice mais alto, totalizando 7.430.465 de pessoas, 19,1% da população nordestina com 15 anos e mais de idade, é analfabeta. Dentre um total de 1000 pessoas do Nordeste, apenas 39,6% frequentam salas de Alfabetização de Adultos.

Destes 19,1 %, declararam não saber ler e escrever: pessoas entre 15 e 24 anos de idade - 502.124 (4,9%); entre 25 a 39 anos - 1.634.920 (12,9%); entre 40 e 59 anos - 2.725.412 (25,6%). A taxa elevada de analfabetismo concentra-se em pessoas com idades mais avançadas, 47,1% das pessoas idosas não são alfabetizadas.

Na **Paraíba** há 616 581 pessoas com 15 anos ou mais de idade, ou seja, 21,9% dos paraibanos nesta faixa etária sofrem com o analfabetismo, constituindo-se como o 3º Estado do Brasil mais analfabeto a partir desta faixa de idade.

Desta soma de paraibanos analfabetos, da população de 15 a 24 anos de idade o índice é de 5,3%; em pessoas de 25 a 39 anos de idade a taxa é de 15,6%; nas de 40 a 59 anos a taxa é de 28,3% e na população de 60 anos ou mais, a porcentagem de analfabetismo é de 49,1%.

Gadotti (2003) faz uma observação através da qual podemos ser conduzidos a uma percepção clara o que representa taxas de analfabetismo tão elevadas em nosso país:

Antes de mais nada é preciso reconhecer que as nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... Isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem a

<sup>3</sup> Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010 - Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico, 2010. / Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, 2010.

educação vai bem. Isso significa ainda que o problema do analfabetismo não será totalmente resolvido só através da educação. (GADOTTI, 2003, p.02).

Esses são, de fato, dados alarmantes e preocupantes, que precisam ser observados em busca de soluções imediatas, simplesmente, como profissionais da educação, devemos nos recusar a ficar estagnados diante de tais realidades, e nos posicionarmos como Paulo Freire (1996), que nos ensina a ensinar a transformar situações de miséria, considerando uma imoralidade continuar preservando-as.

Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e "morno", que fala da impossibilidade de mudar porque a realidade é mesmo assim. O discurso da acomodação ou de sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tomada como fardo ou sina é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominadora, ou como exercício de resistência, como tática na luta política. (FREIRE, 1996, p.45).

Verdade é então, que não é possível garantir progresso, desenvolvimento e direitos humanos iguais para todos enquanto existir o analfabetismo em níveis tão preocupantes, como bem observado pelo Sr. Natsagiin Bagabandi (2003)<sup>4</sup>, presidente da Mongólia, em seu discurso por ocasião do lançamento da Década das Nações Unidas para a Alfabetização: Educação para Todos, 2003<sup>5</sup>. O Sr. Presidente ressalta também em nota para o mesmo documento:

... a alfabetização é instrumental para se atingir as necessidades dos povos para trocar informações, acumular conhecimento, promover o desenvolvimento e prosperar, assim como para responder às necessidades da curiosidade, compreensão e entendimento recíproco. (UNESCO/MEC, 2003, p.17).

Temos a consciência que se para algumas pessoas foi negado o direito de saber ler e escrever, para elas também é negado o direito de ser ou de estar plenamente no mundo.

Analizamos então que o analfabetismo é uma questão política, pois as camadas que compõem esta triste realidade ficam alheias ao que de fato acontece a sua volta, pois é limitada a possibilidade de compreender e saber como se portarem neste mundo, sabendo

<sup>4</sup> Sr. Natsagiin Bagabandi, presidente da Mongólia responsável pela preparação da Resolução que estabeleceu a Década das Nações Unidas para a Alfabetização: Educação para Todos, 2003.

<sup>5</sup> A Década das Nações Unidas para a Alfabetização: Educação para Todos, é um Plano de Ação Internacional que foi votada unanimemente na Assembleia Geral das Nações Unidas que aprovou em sua 56ª sessão, por meio da Resolução 56/116 de 19 de dezembro de 2001, o período de 2003 a 2012 como a década para buscar promover a conscientização acerca do desafio da alfabetização, buscando estabelecer projetos, programas para erradicar o analfabetismo (Fonte: Alfabetização como liberdade. – Brasília : UNESCO, MEC, 2003.72 p.).

reivindicar os seus direitos. Essa realidade é ressaltada nas ideias sobre o Dia Internacional da Alfabetização em ‘Alfabetização como Liberdade’, 2003:

Quando as pessoas são analfabetas, sua habilidade de *entender e invocar seus direitos jurídicos* pode ser muito limitada. Isso pode ser uma deficiência severa para aqueles cujos direitos são violados, e tende a ser um problema persistente para pessoas na base da pirâmide social, cujos direitos são geralmente alienados de forma efetiva, devido a sua inabilidade para ler e perceber que têm direito a determinadas demandas... **O analfabetismo pode abafar as oportunidades políticas dos menos favorecidos**, reduzindo suas habilidades para participar na arena política e expressar suas demandas de forma eficaz. Isso contribui diretamente para sua insegurança, uma vez que a ausência de vocalização das demandas na política pode levar a uma severa redução de influência e do tratamento justo. (UNESCO/MEC, 2003, p.21-22, grifo nosso).

Neste mesmo documento Amartya Sen<sup>6</sup> (2003), aponta que por meio da alfabetização e educação fundamental é possível reduzir a pobreza; dar acesso as oportunidades do comércio global, trazer vantagens para conseguir um trabalho num mundo globalizado; determinar em grande medida, a velocidade do progresso econômico e social em um país; ampliar a habilidade de entender e invocar direitos jurídicos; efetivar voz política e participação da população em busca de tratamentos justos; permitir que as mulheres participem ativamente dentro e fora de casa – fator que contribuiu até, para a diminuição da taxa da mortalidade infantil, uma vez que as mulheres começaram saber promover o bem-estar para os seus filhos. No entanto, para que tais possibilidades sejam reais é necessário enfatizar os conteúdos educativos, que podem fazer da educação uma grande libertadora da mente humana.

A partir das reflexões acima, que ressaltam os benefícios que a alfabetização e a educação fundamental podem trazer a nossa humanidade, percebemos então, a necessidade de olhar para o analfabetismo como uma questão política, através da qual o povo tem voz política, há participação na sociedade e, sendo assim, é possível vislumbrar a diminuição das desigualdades e injustiças sociais.

Nesta perspectiva começamos a pensar o papel da Alfabetização para Jovens e Adultos, e de que forma ser um apoio àqueles que buscam ter voz no mundo.

Apoiamo-nos na perspectiva da UNESCO (2003), quando reforça a opinião que a alfabetização é um instrumento de aprendizagem e também uma prática social, cujo uso é capaz de reforçar a voz e a participação de comunidades e indivíduos na sociedade.

---

<sup>6</sup> Amartya Sen (1933) é economista indiano e recebeu Prêmio Nobel de Economia de 1998. Seus trabalhos teóricos contribuem para uma nova compreensão dos conceitos sobre miséria, fome, pobreza e bem-estar social.

Nesta mesma linha de pensamento, Carlos Brandão (1981) defende que é preciso reinventar a educação através de um ato político que busca a libertação de um povo por meio do ensino:

Torna-se indispensável reinventar a educação e este trabalho, com que os próprios educadores se reeducam, é um ato político que começa com a afirmação de que a educação é um trabalho político. Um trabalho político que antes estava escondido sob o véu da “missão pedagógica do civilizador” e que, agora, aparece desvelado, como a missão política de participar do trabalho de libertação também através do ensino, da educação. (BRANDÃO, 1981).

Compreender o analfabetismo como uma questão política é o primeiro passo para dar início ao processo que reforça uma prática alfabetizadora mais consciente, conscientizadora e crítica, e é um ponto de partida para que os alfabetizadores atentem para as reais necessidades dos alunos e alunas analfabetos que chegarão às suas salas de aula. De forma que a alfabetização poderá permitir, em parte – pois não é só responsabilidade da educação - , reparar esse mal tão excludente.



#### 4. CONCEPÇÕES DA ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA FREIREANA

Ultrapassando esse nível das idéias, para ações efetivas diante do fenômeno analfabetismo, a partir da década de 1960, Paulo Freire ganha notoriedade como uma figura que passa a ser referência em metodologias inovadoras para alfabetização de adultos, as quais fazem dos alunos os principais atores deste processo, permitindo que estes tenham a possibilidade de levantar questionamentos, de indagarem o porquê as coisas serem do jeito que são. Começa então, a tentativa de promover uma alfabetização crítica, que faça os alunos analisarem as condições políticas e de que forma elas podem beneficiar ou prejudicar os sujeitos, através da qual, ensine os alunos a *pensarem certo*.

A educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política... A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. (FREIRE, 1996, p.69).

Para Freire (1981), pensar assim é pensar certo; é assumir uma postura crítica e curiosa; é saber indagar, perguntar, buscar seriamente a segurança na argumentação.

Esta alfabetização crítica começa, essencialmente, no diálogo, sem o qual não é possível entender àqueles que serão alfabetizados e nem tão pouco serão compreendidas suas especificidades.

É este pensador quem abre e populariza a discussão sobre a alfabetização ser uma questão política, não sendo favorável a *visão* que FREIRE chama de *bancária* da educação, assim denominada por ele, pelo fato de *depositar* nos alunos os saberes criados por outros e “nega o conhecimento como processo de busca”.

Com seu paradigma pedagógico, Freire instiga a reflexão sobre uma *educação dialógica, problematizadora, participante e libertadora*, através da qual o sujeito oprimido pelas mazelas na sociedade, tenha condições de querer ser mais.

Paulo Freire (1987) defende a alfabetização pautada em uma ação política que dê suporte para que os oprimidos sejam conscientizados de sua condição de oprimido e passe assumir uma postura mais reflexiva e crítica da realidade, fundamentando sua pedagogia na liberdade que dê espaço para o diálogo e manifestação de ideias e opiniões diversificadas (participação) de forma que oportunize a todos o direito de saber mais.

Desde o começo mesmo da luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimidos, é preciso que eles se convençam de que esta luta exige deles, a partir do momento em que a aceitam, a sua responsabilidade total. É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se. Tal liberdade requer que o

indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte (FREIRE, 1987, p.31).

A alfabetização ainda é destacada por ele como sendo “aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se.” (FREIRE, 1987, p.05).

Atentamos para esta fala porque consideramos ser este o real sentido da alfabetização, fazer com que os alfabetizados não sejam mais participantes ouvintes de sua aprendizagem, mas sejam participantes atuantes da sua própria história, através da qual vive um constante aprendizado.

Compreendemos que a alfabetização é o início do processo de escolarização, por meio do qual é possível apropriar-se da leitura e da escrita, que oportuniza jovens e adultos ingressarem em uma sociedade onde poderão exercer a cidadania com liberdade de expressão, através do qual poderão exprimir conscientes suas ideias e opiniões.

No entanto, para que esta expressão consciente se consuma, precisamos entender que a alfabetização não é reprodução de palavras sem sentido, mas que esta tem uso social capaz de fortalecer o saber daqueles que não puderam efetivar seus estudos no tempo regular, bem como trazer novos conhecimentos.

A alfabetização não pode ser vista como um ato mecânico, limitada apenas a saber assinar o próprio nome ou ainda codificar e decodificar letras, palavras e números para atender a uma norma escolar. Este processo, ainda que se dê em espaço escolar, vai muito além de regras de escrita, deve ser uma ação que capacite o alfabetizando a fazer interpretações para uso social e ter conexão com sua realidade.

A partir da alfabetização, jovens e adultos tem acesso a um saber sistematizado de forma que os integrem em práticas sociais, como compreender a notícia em jornal, preencher um formulário, utilizar caixas eletrônicos, bem como outras atividades cotidianas.

Ressaltamos aqui, que entendemos que alfabetização de jovens e adultos não é fazer com que algumas pessoas se situem em seu meio, mas é uma forma de contribuir para que estes sujeitos sejam capazes de pensar o que é o seu meio e como poder transformá-lo quando preciso, estimulando a indagação, a busca, de forma que haja inquietação para que se assuma uma postura crítica e, assim, vivenciem uma *educação libertadora*.

Para que esta *educação libertadora* seja efetivada nos reportamos ao que Paulo Freire destaca sobre a relevância de se ter uma visão crítica a respeito de como alfabetizar adultos:

... para a concepção crítica da alfabetização, não será a partir da mera repetição mecânica de pa-pe-pi-po-pu, la-le-li-lo-lu, que permitem formar *pula, pêlo, lá, li, pulo, lapa, lapela, pilula* etc. que se desenvolverá nos alfabetizados a consciência de seus direitos, como sua inserção crítica na realidade. Pelo contrário, alfabetização nesta perspectiva, que não pode ser a das classes dominantes, se instaura como um processo de busca, de criação, em que os alfabetizados são desafiados a perceber a significação profunda da linguagem e da palavra. (FREIRE, 1981, p.18).

É primordial que os alfabetizados aprendam as técnicas da escrita e leitura, mas para que de fato se apropriem desta habilidade e sua alfabetização seja crítica, eles precisam de muito mais informações e clareza delas, através das quais, conforme a perspectiva freireana para uma alfabetização inovadora, “tornar-se-ão sujeitos críticos e assim perceberão a significação profunda da linguagem e da palavra”. (FREIRE, 1981, p.13).

O autor deixa claro que para a alfabetização ser percebida desta maneira é necessário compreender que o analfabetismo não é uma manifestação da “incapacidade” do povo de sua “pouca inteligência”, de sua “proverbial preguiça”, não é uma escolha, mas sim é uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. E que não podemos reduzir a alfabetização ao ato mecânico de “depositar” palavras, sílabas e letras nos alfabetizados (FREIRE, 1981, p.11).

Há uma definição de Silva (2004), que nos traz a devida clareza quanto ao significado do processo de alfabetização e que reforça a perspectiva freireana:

A alfabetização, por sua vez, é um processo de aquisição individual de habilidades requeridas para o uso da leitura e da escrita nas sociedades em que isso se faça necessário. A alfabetização, pela sua vinculação ao sistema de escrita e pelo vínculo desse sistema a práticas sociais, não se pode reduzir ao ensino de letras, sílabas ou palavras isoladas. A escrita, como sistema, nunca foi privilégio de ninguém, nem é um produto escolar, mas é um objeto cultural, resultado do esforço coletivo da humanidade. Assim sendo, aprender a ler e escrever é mais do que decodificar um ou qualquer outro signo, é inserir-se no uso da escrita e da leitura para o desfrute de uma maior liberdade nas sociedades que funcionam mediadas por materiais escritos (SILVA, 2004, p.316).

Por isto que a alfabetização deve se dar a partir da realidade dos alunos jovens e adultos, para que as informações que por eles foram obtidas, ao longo da vida, sejam valorizadas, explanadas e tornem-se inteligíveis, somadas a novos conhecimentos, que através da aquisição da leitura e da escrita, os encaminharão para a consciência crítica da realidade.

Carlos Brandão (1981) desvela em sua descrição do que é o método Paulo Freire que a alfabetização é um processo de reinventar a educação que começa na investigação por meio do diálogo, onde se descobre e analisa a realidade dos alfabetizados, levando-os a assumirem uma postura crítica diante dessa, e junto com esta postura, ganham o direito de fazer a leitura do mundo por meio das palavras já conhecidas sendo que antes não eram refletidas.

Afirmamos que este processo de “reinventar a educação” deve ser atentamente observado para que esta fase de aprendizagem na vida dos alfabetizandos seja significativa e motivadora, para que estes deem continuidade à vida escolar, certos de que serão reintegrados à sociedade, quando não forem limitados a apenas reconhecer as letras e sua escrita ou reproduzir um maior número de palavras, mas que poderão ir muito além quando aprenderem a se posicionarem com uma visão mais abrangente do que é a sua realidade.

Os que se propõem a colocar em prática a proposta de Freire devem se preocupar em recriá-la, pensar no contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico e político dos alfabetizandos, aos quais se pretendem alfabetizar. Nenhum contexto é igual ao outro, portanto a forma como se alfabetiza não pode ser igual à outra, até porque deve-se buscar o universo vocabular mínimo do grupo, pois seus integrantes são sujeitos do processo de alfabetização.

Para tanto, deve-se através da alfabetização, permitir aos alunos que estando no mundo, possam refletir sobre o mundo e sobre o seu caminhar no mundo.

No entanto, para que por meio da alfabetização se dê voz e lugar às pessoas e para que esta ação seja concretizada, é preciso primeiro, conscientizar os analfabetos do direito à liberdade e a criticidade, pois eles já carregam em si um vasto conhecimento sobre o mundo capaz de fazê-los andar por caminhos que os façam reforçar seus saberes e acrescentando novos. Desta forma podem ser inseridos em uma sociedade onde a escrita faça parte contínua e cotidianamente em suas vidas, fazendo-a se movimentar.

Alfabetização de jovens e adultos é, sobretudo, um modo de reacender a esperança daqueles que tiveram que enfrentar os percalços da vida por não terem o acesso a uma educação que os possibilitassem refletir sobre suas realidades e vivê-las de forma digna. É dar a estes a chance de se restabelecerem, conscientemente, como sujeitos históricos-sociais-críticos e que estabeleçam sua integridade como sujeitos participantes de sua própria história.

## 5. A PRÁTICA ALFABETIZADORA: SUJEITOS E PROCESSOS

Na busca do *saber mais*, encontramos pessoas que procuram a escola e revelam um grande interesse para ter acesso ao saber escolar, na expectativa de ampliar as suas oportunidades no mundo do trabalho e ascender socialmente.

É neste contexto que situamos a Educação de Jovens e Adultos e sua função reparadora deste direito à educação, para as pessoas, cuja relação com a escola e com o saber sistematizado lhes foi negado ou se deu de forma pouco significativa, tenham uma nova oportunidade, conforme consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos:

Desse modo, a **função reparadora** da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. (BRASIL, Parecer CNE/CEB, 2000, p.7, grifo do autor).

Sendo assim, a Educação de Jovens e Adultos, surge na tentativa de resgatar a educação negada a tantos sujeitos, assumindo as suas funções de, reparar e equalizar direitos, qualificando os jovens e adultos e possibilitando-os a plena participação na sociedade.

A EJA configura-se como uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, que está assegurada na LDB, Lei nº 9394/96, no Art.37 do qual destacamos os § 1º e § 2º para fundamentar a necessidade de disponibilizar aos jovens e adultos uma educação específica e adequada para sua realidade:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.  
 § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.  
 § 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.  
 (BRASIL, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, 1996).

As bases legais vigentes aqui apresentadas para a Educação de Jovens e Adultos reforçam que é vital que os educadores olhem para as especificidades para este público, principalmente no que diz respeito à alfabetização.

De acordo com Arroyo (2006, p.21), precisamos caminhar para que se reconheçam as especificidades da EJA, pois esta é a forma como se poderá construir um perfil do educador, e

que se possa estabelecer uma política específica para sua formação, uma vez que este educador deve assumir um papel muito mais plural do que o educador do ensino regular. Um dos princípios básicos para as práticas de EJA é conhecer seus alunos, pois cada um tem suas particularidades, suas histórias, suas vidas com uma trajetória social, racial, territorial que tem que ser conhecida e respeitada, pois se trata de jovens e adultos com características próprias para aprender e avançar no processo de escolarização, movidos por necessidades, interesses, expectativas em relação à escola e em relação ao futuro.

No entanto, o que se constata nas salas de aula de EJA nem sempre representa uma resposta aos interesses dos alunos. Ao contrário, predominam conteúdos com pouco ou quase nenhum significado para as suas vidas, trabalhados de forma repetitiva e mecânica, que não auxiliam nesta busca pelo saber que necessitam e se interessam, o que muitas vezes acarreta uma nova *fuga*, ou seja, o que acontece no interior das salas de EJA não condiz com as especificidades do público por ela atendido.

Conhecer quem são os alunos e alunas que procuram sair da situação do analfabetismo e que trazem este como uma marca que os discrimina socialmente, e criar condições para saber e compreender o que estes jovens e adultos esperam da alfabetização, o que lhes pode ser oferecido através desta e o que pode ser construído em parceria com eles, são caminhos essenciais de busca por parte do alfabetizador. Neste sentido, é destacado no texto das Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos:

O importante a se considerar é que os alunos da EJA são diferentes dos alunos presentes nos anos adequados à faixa etária. São jovens e adultos, muitos deles trabalhadores, maduros, com larga experiência profissional ou com expectativa de (re) inserção no mercado de trabalho e com um olhar diferenciado sobre as coisas da existência... Para eles, foi a ausência de uma escola ou a evasão da mesma que os dirigiu para um retorno nem sempre tardio à busca do direito ao saber. Outros são jovens provindos de estratos privilegiados e que, mesmo tendo condições financeiras, não lograram sucesso nos estudos, em geral por razões de caráter sócio-cultural. Logo, aos limites já postos pela vida, não se pode acrescentar outros que signifiquem uma nova discriminação destes estudantes... (BRASIL, PARECER CNE/CEB, 2000, p.33-34).

Encaminhar uma prática nessa direção exigirá, sem dúvida, uma formação específica e adequada do educador, que os capacite para, não somente a compreender o que os alfabetizando esperam, mas também, para a busca por metodologias que permitam seus alunos serem os principais sujeitos deste processo formador.

A propósito da formação de alfabetizadores, Arroyo (2006), apresenta com coerência em seus argumentos, após esclarecer que a garantia do direito ao conhecimento para jovens e adultos deve ser concretizado a partir dos seus saberes, cultura e vivência, pois se tratam de

conhecimentos vivos, que são adquiridos e compreendidos de diferentes formas que a vivência da criança e do adolescente:

A EJA tem de fazer um currículo sério de conhecimento e tem de capacitar seus educadores no domínio desses conhecimentos do trabalho, da história, da segregação, da exclusão, da experiência, da cultura e da natureza. Todos esses são os conhecimentos coletivos que eles aprendem em suas lutas coletivas, os saberes coletivos, de direitos e que na EJA têm de aprender a ressignificar e a organizar à luz do conhecimento histórico. (ARROYO, 2006, p.31)

Entendemos que é a partir da docência que se deve lançar mão de uma metodologia que impulse uma educação democrática, libertadora e dialógica tão defendida por Paulo Freire.

Praticar o diálogo traz sugestões de temas que geram a busca da solução de alguns problemas, e esta busca envolve o aluno com o professor. É um relacionamento onde ambos são agentes de investigação, e assim se educam juntos.

Muitos são os desafios para a Educação de Jovens e Adultos. A começar pelo próprio professor: não basta falar sobre transformação e esforçar-se ao máximo para vê-la concretizada. Antes de toda esta tentativa, precisa ele primeiro transformar-se em relação às suas ideias e atitudes; ousar e não ter medo de colocar em prática uma alfabetização que desperte, tanto em si próprio, quanto no alfabetizando uma postura crítica que os capacite enquanto sujeitos sociais (portanto, capazes de fazer a história) de encaminhar e vivenciar um processo verdadeiramente democrático, crítico, político e pedagógico.

Freire (1996) nos leva a refletir sobre a necessidade de educadores críticos, assumirem a importante tarefa político-pedagógica, não para mudar o mundo, mas para mostrar que é possível mudá-lo.

A professora democrática, coerente, competente, que testemunha seu gosto da vida, sua esperança no mundo melhor, que atesta sua capacidade de luta, seu respeito às diferenças, sabe cada vez mais o valor que tem para a modificação da realidade, a maneira consistente com que vive sua presença no mundo, de que sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido. (FREIRE, 1996, p.68).

Quando nós educadores conseguimos atentar para as especificidades dos jovens e adultos e desenvolvemos nossas atividades partindo do ponto de vista deles, é uma forma de contribuir para uma real emancipação dos alfabetizados. Enquanto não se percebe estas especificidades, os jovens e adultos ficam expostos aos mesmos procedimentos educacionais

reguladores que um dia, (mesmo sem ter a clareza desta situação) os fizeram abandonar a escola.

Segundo o Art.3º, incisos X e XI, da LDB, Lei nº 9394/96, o ensino pode ser ministrado baseado nos princípios da: X - valorização da experiência extraescolar; XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Em outras palavras, a educação tanto pode, quanto deve, aproveitar os conhecimentos que os alunos e alunas trazem de suas experiências para que possam somar a estas novas percepções, informações e saberes. Sendo assim, a educação de jovens e adultos é o espaço propício para encaminhar esta prática.

Nas Diretrizes para EJA consta:

... as unidades educacionais da EJA devem construir, em suas atividades, sua identidade como expressão de uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos e seja incentivadora das potencialidades dos que as procuram. Tais unidades educacionais da EJA devem promover a autonomia do jovem e adulto de modo que eles sejam sujeitos do aprender a aprender em níveis crescentes de apropriação do mundo do fazer, do conhecer, do agir e do conviver. (BRASIL, PARECER CNE/CEB 11/2000, p.35).

Entendemos, portanto, que alunos e professores são os principais sujeitos do processo de Alfabetização em Educação de Jovens e Adultos, que devem ser percebidos como protagonistas do aprendizado.

É neste sentido que Freire (1996) apresenta o professor como um desafiador que ensina a pensar certo, ou seja, aquele que desenvolve sua prática educativa, conectado no que é concreto e dissipa todo ato mecânico, que apenas se preocupa em transferir o conhecimento. O pensar certo neste caso, pode se expressar quando gera possibilidades para a produção de conhecimentos; acredita na capacidade criadora do educando; torna o ensino um ato comunicante.

Pensar certo é saber promover o diálogo, instrumento de fundamental valor para que esta relação professor-aluno amadureça e haja verdadeiro aprendizado, através do qual, ambos têm a chance de ouvir e dizer, de aprender e ensinar.

A grande tarefa do sujeito que pensa certo não é transferir, depositar, oferecer, doar ao outro, tomado como paciente de seu pensar, a inteligibilidade das coisas, dos fatos, dos conceitos. A tarefa coerente do educador que pensa certo é, exercendo como ser humano a irrecusável prática de entender, desafiar o educando com quem se comunica e a quem comunica, produzir sua compreensão do que vem sendo comunicado. Não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade. O pensar certo por isso é dialógico e não polêmico. (FREIRE, 1996, p.21).



Nesta perspectiva, identificamos que quando o alfabetizando - sujeito que em resgate de seus direitos - , procura a escola ou um espaço alfabetizador, ele quer que lhe seja garantida a oportunidade de saber ler e escrever com autonomia, e que neste lugar encontre um educador capaz de entender sua realidade e promova com qualidade a alfabetização.

Este desenho da prática aqui esboçado supõe uma formação específica para o educador/alfabetizador da EJA condizente com a singularidade deste público, condição esta prevista na LDB, em seu Artigo 61, parágrafo único:

*Parágrafo único.* A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos: I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho. (BRASIL, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, 1996).

Esta questão da formação para a prática em salas de EJA volta a ser mencionada nas Diretrizes Curriculares da EJA:

... os projetos pedagógicos devem considerar a conveniência de haver na constituição dos grupos de alunos momentos de homogeneidade ou heterogeneidade para atender, com flexibilidade criativa, esta distinção. Não perceber o perfil distinto destes estudantes e tratar pedagogicamente os mesmos conteúdos como se tais alunos fossem crianças ou adolescentes seria contrariar mais do que um imperativo legal. Seria contrariar um imperativo ético. (BRASIL, 2000, p. 63).

Desta forma, enfatizando que o perfil dos alunos e alunas exige uma prática que se caracteriza pela criatividade, pela flexibilidade, pela não infantilização, isto se traduz em respeito e ética. Como diria Freire, isto significa ‘pensar certo’ e agir certo.

## **6. ALFABETIZAÇÃO E ALFABETIZADORES: REGISTROS E REFLEXÕES**

A primeira aproximação com salas de EJA deu-se através do Estágio IV, onde deveríamos observar turmas de 3º e 4º ano do Ensino Fundamental em uma Escola da rede pública do município de Cabedelo, no centro da cidade, da qual escolhemos então uma turma do Ciclo II de EJA.

Foi uma experiência reveladora para a nossa formação que nos abriu caminhos para começarmos a compreender como se dava o processo ensino-aprendizagem com jovens e adultos. No entanto, nesta turma não conseguíamos nos aprofundar a respeito do analfabetismo e alfabetização, pois, tratava-se de uma turma já alfabetizada, embora tivessem alunos e alunas com dificuldades na escrita.

Sentimos a necessidade de pesquisarmos em salas de aula específicas de alfabetização. Por isto mudamos o campo de pesquisa e partimos para outra Escola da Rede Pública no mesmo município, em uma sala do Ciclo I da EJA, mas que incluía o 1º ano (Alfabetização). Nesta, concentramos a observação no período de julho a dezembro (2013), a princípio três vezes por semana. Mas com o passar do tempo, diminuimos as visitas de observações para uma vez por semana.

A turma constituída de 17 (dezesete alunos) – registrados em diário -, tinha uma frequência diária variando de 08 a 10 alunos, em sua maior parte adultos.

Os alunos não possuíam livros didáticos e os recursos utilizados eram fichas de leituras, revistas, jornais, cartazes e outros materiais para a realização das oficinas (práticas). Os conteúdos eram retirados de livros utilizados no Ensino Fundamental I regular e dos assuntos referentes ao projeto anual voltado para a educação financeira e reciclagem, que tinha por objetivo ensinar aos educandos, formas diversificadas de construir materiais com sucatas, que lhes possibilitasse uma renda extra. Os materiais eram construídos na escola, uma vez por semana, e a ideia era que ao final do ano, estes materiais fossem vendidos e o lucro dividido entre os participantes. Curiosamente, o dia reservado para estas confecções era frequentado por pouquíssimos alunos. As turmas do Ciclo I e II se juntavam, totalizando em média oito a dez alunos por aula (as duas turmas somavam aproximadamente 30 alunos matriculados). Além disso, este projeto não era explorado com mais intensidade nos demais dias da semana em meio a outras disciplinas, e percebemos que o assunto nele abordado ficava retido a apenas os dias das construções.

Verificamos que dos 08 à 10 alunos que frequentavam às aulas, apenas 04 (quatro) eram constantes. Ao final do ano letivo constatamos evasão escolar. Dos 17 alunos matriculados, a turma terminou com cerca de seis (06) alunos frequentando diariamente.

Tivemos a possibilidade de presenciar dias em que a professora se planejava para realizar atividades coletivas e/ou em grupos, mas que pela ausência de muitos, não eram possíveis de serem realizadas, interferindo assim, na forma como a professora iria ministrar suas aulas e também no desenvolvimento dos alunos.

A professora da turma, primeira vez em sala de EJA, formada em Pedagogia e com pós-graduação em Psicopedagogia, e já tendo atuado no Programa Brasil Alfabetizado, relatou que os alunos que frequentavam diariamente as aulas estavam conseguindo um relevante progresso quanto a escrita e leitura. No entanto, para os faltosos ficava mais difícil alcançar o aprendizado pleno quanto à alfabetização.

Nesta conversa informal com a professora, nas primeiras semanas de nossa visita, foram apontados que os procedimentos metodológicos adotados partiam do Projeto Anual, que estava em andamento. A opção para aplicação dos conteúdos era a utilização de gêneros textuais, tabelas e planilhas, texto informativo, pesquisa, aula de campo, palestras, oficinas e culminância dos projetos. Também destaca que em seus planejamentos procurava trabalhar de forma contextualizada, relacionando os temas com o cotidiano dos educandos, de forma a dar significado aos conteúdos trabalhados em sala.

Expressou ainda que, encontrava dificuldades para ensinar em três séries diferentes na mesma turma, tendo em vista que existiam alunos que já sabiam ler, enquanto outros "nem conheciam o alfabeto".

Durante as nossas visitas, pudemos notar nesta turma que a professora se apresentava disposta a querer aprender mais como se trabalhar em EJA, e falava com muita motivação e entusiasmo dos planejamentos realizados no interior da escola, com a supervisora e a professora do Ciclo II, e também das Formações Continuidas, realizadas mensalmente na Secretaria de Educação, através das quais as professoras eram orientadas a "trabalharem sempre com a realidade do aluno".

Mesmo assim, percebemos na sua prática, poucos indícios de uma proposta diferenciada para os alunos e as alunas de uma turma de EJA. Prevalecem os conteúdos descontextualizados e a metodologia inadequada, desinteressante, que no decorrer deste relato serão explanados e esclarecidos para melhor compreensão como era o processo alfabetizador nesta sala de aula.

**[F1] Comentário:** Neste ponto a profª Maria pediu exemplo. Mas eu só falo deste exemplo mais a frente, e para não ficar repetitivo optei por explicar que virá mais a frente este exemplo. ESTA CERTO?

Quanto ao processo de alfabetização, propriamente dito, percebemos que os alfabetizandos demonstram ainda muitas dificuldades tanto para a leitura como para a escrita. Por exemplo, não conseguem juntar as sílabas e ler a palavra completa; bem como, há muita resistência em escrever livremente, sem precisar copiar as palavras do quadro. Sim, porque eram estes os exercícios encaminhados: "copiar do quadro".

Ainda, os alunos demonstravam também, muita resistência às novidades e formas inovadoras de ensino. Notamos claramente esta situação quando os alunos e alunas tinham aulas de artes. Alguns deles iam embora, ou quando sabiam que somente teriam aula de artes não compareciam à escola. E não muito diferente acontecia, no dia reservado para a confecção de materiais no projeto de Educação Financeira.

Com as nossas idas a esta Escola, fomos constatando que os saberes adquiridos ou trabalhados em sala de aula e o objetivo destas construções e confecções do Projeto, não se conectavam à realidade e interesses dos alunos, por isto, certamente a maior parte deles, não acreditava ser este um dos caminhos para o aprendizado.

É válido ressaltar que consideramos a proposta do projeto nesta escola satisfatória, pois apresentava uma boa ideia e por vezes pudemos observar a alegria e a satisfação dos alunos e das alunas que participaram ativamente. No entanto nos preocupamos com a falta de conexão entre conteúdos e construções, em especial para os alfabetizandos que precisavam avançar no domínio da escrita e da leitura. Freire (1996, p.16) sugere discutir com os alunos a razão de ser de alguns dos seus saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

Sabemos que quando o alfabetizando chega ao espaço escolar, não tem idéia do que é uma alfabetização crítica e dialógica, pensam na escola no modelo tradicional, onde se precisa copiar muito para aprender a escrever e ler.

Especialmente, os alunos mais velhos se mostram resistentes à nova concepção de escola que os coloca como sujeitos do processo educativo, que espera deles práticas ativas de aprendizagem. Muitos, ao se depararem com uma aula na qual são convidados a pensar juntos, em grupo; a resolver desafios diferentes dos exercícios mais convencionais; a ler textos literários; a aprender com a música, a poesia, o jornal; a fazer matemática com jogos e cálculos diversos, construir projetos; estranham, resistem e acreditam não ser esse o caminho para aprender o que a escola ensina. (BRASIL, 2006, p.11).

A prática educativa que se encaminha noutra perspectiva, possibilita novas formas de aprendizagem, novos significados aos conteúdos e proporciona transformação na forma como o educando vê o mundo e se vê no mundo.

Em entrevista realizada entre agosto e outubro, com 09 alunos (dentro os quais estão os constantes, inconstantes e alguns desistentes) notamos que eles tem dificuldades em expressar suas limitações, seus anseios quanto aos estudos, mas conseguimos colher dados significativos que nos fizeram compreender este público e a prática pedagógica aplicada.

A maior parte dos entrevistados apresenta uma enorme vontade de querer aprender a ler e escrever com segurança e tem objetivos para desejarem ser alfabetizados. Destes nove entrevistados, (1) uma sonha em ser professora para ensinar a desenhar e pintar; (1) um quer um emprego melhor e trabalhar como plataformista em uma grande empresa de petróleo; (1) uma mesmo sem grandes expectativas, por conta de sua idade, tem grande desejo de conseguir escrever uma carta para um programa de televisão e pedir uma casa; (1) uma quer ser missionária e aprender a ler a Bíblia e pregar; (1) uma sonha aprender a ler e a escrever e conseguir compreender o que a Bíblia diz; (4) quatro não expressaram seus sonhos.

Notamos, através das suas respostas, que ao longo de suas vidas, os problemas pessoais e condições de vida impediram avanços na busca por suas conquistas. Foram mencionadas as mais diversas dificuldades enfrentadas para poderem frequentar a escola no tempo *regular*: problemas de saúde; limitação para aprender matemática; gravidez na adolescência; falta de interesse nos estudos; necessidade de trabalhar para ajudar a família; mudança de residência constante e até o impedimento do pai para os filhos aprenderem a ler.

Identificamos como desafio enfrentado por grande parte dos alunos atualmente, o problema de saúde, quando não com eles mesmos, é com algum familiar que precisam tomar conta.

Ao concluirmos as entrevistas e relacionarmos com as observações, percebemos que as salas de EJA são frequentadas por pessoas que realmente estão interessadas em aprender, e anseiam, como que desesperadamente, a ler e a escrever porque não querem permanecer excluídos desta sociedade em constante movimento e mudanças.

Em nossas conversas entre um intervalo e outro, pudemos sentir que o maior sonho destas pessoas é, realmente, ler e escrever com autonomia.

Além de dificuldades mencionadas por eles, reparamos como obstáculos para uma aprendizagem significativa, o cansaço físico e mental, pois eles tinham dificuldade em responder perguntas simples; a inconstância da maior parte dos alunos e a metodologia de ensino aplicada, que não contextualizava com a realidade dos alunos, causando enfado e em alguns a falta de interesse, e como consequência, constatamos de perto, a evasão.

Embora estes alunos/as ainda não tenham a dimensão de como a prática pedagógica, quando não planejada ou mal conduzida (porque inadequada para o grupo) pode se

transformar num elemento complicador da aprendizagem, compreendemos conforme consta no Caderno 2 da EJA, o que pode significar este espaço da sala de aula para facilitar a aprendizagem destas alunas e alunos (trabalhadores ou não; jovens ou adultos):

A sala de aula se configura, então, como lugar de voz, de produção. Podemos dizer de co-produção, espaço de construção compartilhada de conhecimentos... A escolha das atividades a serem propostas em todas as áreas do ensino, define a dinâmica e a produtividade em sala de aula. É o conjunto das situações didáticas que vai garantir, no dia-a-dia, a motivação, o envolvimento e a aprendizagem do grupo. (BRASIL, 2006, p.9).

Diante desta recomendação, refletimos que é a sala de aula o local propício para que o professor e o aluno estabeleçam uma relação onde há aprendizado mútuo. Não basta ter um espaço físico que acomode os alunos e utilizar os recursos didáticos para apenas transferir informações.

A sala de aula deve (e pode) se constituir em um espaço de compartilhar idéias e construir conhecimento em conjunto. Desta forma, os conteúdos a serem ministrados serão mais atrativos e terão significado para os alunos. E isto supõe um planejamento. Porém, não identificamos nesta sala de aula um planejamento semanal que nos fizesse entender uma sequência didática nos conteúdos.

A seguir registramos dois exemplos de exercícios aplicados na sala de aula pesquisada com levantamentos de questões feitas após nossas observações. Para não sermos exaustivos, nos detemos em apresentar apenas estes, pois representam bem como eram os demais exercícios, que se aqui fossem registrados ganhariam observações semelhantes as que já estão descritas.

#### Exemplo 1: *PORTUGUÊS*

(Obs: Conteúdo passado no quadro para os alunos copiarem).

*A sílaba forte de uma palavra chama-se sílaba tônica.*

*Ex: número – mulher – coragem*

*A sílaba tônica de uma palavra pode ser a última chama-se oxítônica.*

*A penúltima chama-se paroxítônica.*

*Ex: galo – galinha*

*A antepenúltima chama-se proparoxítônica.*

*Ex: chatiadíssima – péssimo*

Atividade:

*1) Risque as sílabas mais fortes nas palavras:*

*Obs: As palavras utilizadas foram os nomes dos alunos.*

Diante desta atividade nos fizemos a seguinte pergunta: Haveria a necessidade de esses alunos em processo de alfabetização estarem copiando este conteúdo? Não poderia ter sido algo mais prático e significativo para eles?

Também registramos o que vimos e ouvimos neste dia. Uma aluna (que desde 2003 está em uma sala de alfabetização, por conta de suas dificuldades pessoais com problemas de saúde e também porque diz ter muita dificuldade em aprender a ler e escrever com segurança) falou que já havia estudado muito sobre este assunto, mas que não se lembrava de nada. Diante deste comentário, nos perguntamos mais uma vez: Para quê alfabetizando deveriam estar copiando este conteúdo?

A turma demonstrou dificuldade em compreender o conteúdo, e o porquê dele. A professora justificou que este assunto poderia cair em provas de concurso, mas que nem sempre seria utilizado no dia-a-dia.

E levantamos a questão: para quê alfabetizando jovens e adultos precisam aprender nesta fase o que é oxítônica, paroxítônica e proparoxítônica? Eles querem e precisam aprender sobre conteúdos mais práticos e úteis para o seu dia-a-dia, e depois que se estabelecerem na leitura e escrita, partiriam para o conhecimento mais técnico.

*Exemplo 2: CIÊNCIAS*

*SINAIS DA CHUVA*

*(Obs: Para os alunos copiarem. A professora escreveu as letras cursiva e bastão ao mesmo tempo).*

*O vento soprou*

*O VENTO SOPROU*

*A cigarra mudou*

*A CIGARRA MUDOU*

*E o tempo anunciou*

*E O TEMPO ANUNCIOU*

*Que a chuva vem chegando*

**QUE A CHUVA VEM CHEGANDO**

*Corre, fecha a janela*

**CORRE, FECHA A JANELA**

*Tira a roupa do varal*

**TIRA A ROUPA DO VARAL**

*Põe pra fora o guarda-chuva*

**PÕE PRA FORA O GUARDA-CHUVA**

*Põe pra dentro as crianças*

**PÕE PRA DENTRO AS CRIANÇAS**

*Está chegando o cheiro de terra molhada*

**ESTÁ CHEGANDO O CHEIRO DE TERRA MOLHADA**

*Está chegando o temporal.*

**ESTÁ CHEGANDO O TEMPORAL.**

Neste dia foi feita a cópia do texto e a leitura coletiva, na qual apresentaram muita dificuldade, e, no outro dia foi exposto no quadro, para eles também copiarem, as questões referentes ao texto:

*Responda:*

1) *Marque as palavras do poema conforme o que se pede:*

- *Circule as palavras com a letra M, m*

- *Risque as palavras com a letra M antes da letra P.*

2) *Por que a chuva é necessária?*

3) *Quais são os benefícios da chuva?*

4) *Quais são as mudanças que ocorrem no ambiente em época de chuva?*

5) *Que tipo de prejuízo as chuvas podem trazer para a população?*

Precisamos aqui esclarecer que este exercício foi retirado de um livro conhecido como Livro da EJA (2008). Na apresentação deste estava (M à R) – Palavras geradoras: Meio Ambiente (M); Nutrição (N) dentre outras.



Os alunos demonstraram dificuldades para interpretar o texto, que era apenas um ponto de partida, que poderia ter gerado várias discussões, mas os alunos não conseguiam expor suas ideias, e por terem dificuldades na escrita, além de levarem um tempo consideravelmente extenso, copiando as questões, não conseguiam escrever as respostas pensadas.

Em nossas reflexões nos perguntamos: de que forma os alunos estão sendo instigados a expor suas ideias? E mais, consideramos que este exercício poderia ter sido adaptado para um exercício oral, para que a turma não perdesse tanto tempo copiando perguntas que eles nem sabiam ler, e após as respostas, cada um expondo suas opiniões, se faria um apanhado destas para que a turma pudesse registrar e trabalhar a escrita.

Ao analisarmos a aplicação destes conteúdos e os recursos que foram utilizados para os mesmos, nos perguntamos quais são as melhores estratégias para aplicação de conteúdos para jovens e adultos e como o professor deve dar as suas aulas em salas de alfabetização. Sobre este aspecto encontramos no Caderno 2 da EJA:

... a diversidade permite que os alunos acompanhem um mesmo conteúdo sob diferentes olhares, por diferentes caminhos, o que permite a eles ter uma visão mais global sobre o que estão aprendendo... é preciso considerar que os alunos da EJA chegam à escola, todos os dias, depois de uma jornada de trabalho e que a diversidade pode contribuir para o dinamismo da aula, para o despertar do interesse, da atenção e do envolvimento. É bom lembrar que diversificar as atividades, na rotina da sala de aula, não significa que terá a responsabilidade de criar uma novidade a cada aula, a cada dia. Falamos de uma diversidade de caminhos, tempos, lugares e de olhar; pensamos numa aula onde a lógica didática mais tradicional dê lugar à experiência inteira do aprender: ver, agir, pensar, fazer, experimentar, com todos os sentidos acionados. (BRASIL, 2006, p.32).

Para melhor compreender a direção e os caminhos da prática alfabetizadora, superando a visão tradicional, ingênua, mecanicista rotineiramente presente nas salas de EJA, mais uma vez buscamos em Freire estas lições:

A alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra.  
A alfabetização, portanto, é toda a pedagogia: aprender a ler é aprender a dizer a sua palavra. E a palavra humana imita a palavra divina: é criadora. A palavra é entendida, aqui, como palavra e ação; não é o termo que assinala arbitrariamente um pensamento que, por sua vez, discorre separado da existência. É significação produzida pela “práxis”, palavra cuja discursividade flui da historicidade – palavra viva e dinâmica, não categoria inerte, examine. Palavra que diz e transforma o mundo. A palavra viva é diálogo existencial. (FREIRE, 1987, p.10).

Este filósofo nos ensina que, para o homem assumir a sua condição humana, é necessário oportunizar o direito de dizer a palavra e não é repetindo-a que se desenvolve a capacidade de pensá-la.

Logo percebemos que ao professor-alfabetizador que se dedica a jovens e adultos, que tem a perspectiva que seus alfabetizados sejam não só formados em letras e palavras sem sentido, mas que sejam formados para serem cidadãos que usufruam do seu direito de pensar, falar e criticar, será necessário a esse professor, buscar e apresentar formas variadas e inovadoras para aplicar um conteúdo significativo e de utilidade para a vida de seus alunos, pois desta forma suas aulas serão mais produtivas e prazerosas para àqueles que estão começando a compreender as palavras e o mundo.

Com esta percepção, a partir das nossas leituras e, ao mesmo tempo, acompanhando a prática alfabetizadora que se desenvolvia na Sala do Ciclo I do nosso campo de Estágio, foram surgindo questionamentos e também inquietações. Qual a nossa contribuição neste espaço? Ou ainda, como esta experiência pode contribuir para a nossa formação?

Com estas preocupações surgiu a oportunidade de nos aproximarmos da Formação Continuada para alfabetizadores do Programa Brasil Alfabetizado (PBA)<sup>7</sup> ministrado por professores da UFPB, experientes no que se refere a alfabetização de jovens e adultos.

É sobre esta nova experiência que faremos os registros que se seguem, relacionadas especificamente à formação dos alfabetizadores deste Programa, a partir do acesso a materiais e textos disponibilizados e da nossa participação em dois encontros (quinzenais) no mês de novembro/2013.

Durante a nossa presença nos encontros de formação, logo percebemos em que direção esta prática era conduzida: formar alfabetizadores para prática da leitura de mundo atrelada à prática de saber ler e escrever com autonomia e segurança, fazendo com que as palavras ensinadas tenham sentido para os seus alunos.

Também, por meio de uma formadora do Programa Brasil Alfabetizado, tivemos acesso ao material produzido pelos alfabetizadores sobre os sujeitos e processos das suas práticas a partir das seguintes questões apresentadas: a) Quem são seus

---

<sup>7</sup> Programa Brasil Alfabetizado (PBA) - O MEC realiza, desde 2003, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. Tem como objetivo promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

Fonte: **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> > Acesso em: 03.mar.2014.

alunos/alfabetizandos?; b) Onde acontecem suas aulas? c) De que forma estas aulas são ministradas e quais as dificuldades e acertos percebidos durante as semanas de aulas.

As salas de aulas do PBA são formadas em associações, igrejas e escolas. As turmas são compostas de adultos e idosos, em sua a maior parte, na faixa etária de 28 à 75 anos de idade, com uma variedade de profissões, tais como secretária, domésticas, donas de casa, porteiro, vigia, aposentados, lavadeira, pedreiros, trabalhadores de construção civil, vendedor ambulante, taxista e autônomos.

Foram apontados como acertos, várias atividades realizadas, nas quais os alunos interagiram satisfatoriamente – a mais destacada foi o trabalho com a formação de palavras; o espaço em que as aulas aconteciam; a empolgação dos alfabetizandos com a aplicação do teste cognitivo<sup>8</sup>.

As dificuldades citadas: a ausência e desistência de alguns alunos e, trabalhar a baixa auto-estima dos alunos.

As atividades realizadas incluíam o trabalho com palavras geradoras; exercícios de construção para serem trabalhadas a coordenação motora e a concentração; Escrita, leitura e uso adequado dos números – a partir de números significativos na vida de cada aluno e a partir do Calendário; Identidade; Meio Ambiente; Formação de palavras, usando como ponto de partida as palavras geradoras ou os nomes dos próprios alunos; Interpretação de textos que tinham a ver com as palavras geradoras trabalhadas; O alfabeto e Datas comemorativas.

Ao examinarmos a prática alfabetizadora através do perfil dos educadores sendo orientados por meio da Formação Continuada do PBA, identificamos os princípios teóricos e metodológicos para uma prática alfabetizadora de jovens e adultos, na perspectiva freireana, que nos permitiram melhor enxergar sua contribuição para avanços significativos para os alfabetizandos.

A partir dessas duas visitas à Formação Continuada para educadores do Brasil Alfabetizado, tivemos a oportunidade de conhecer uma forma prática, objetiva e de grande utilidade para o dia-a-dia dos alunos, para perceberem o significado dos números em suas vidas e ainda ser utilizado como passo inicial para trabalhar conteúdos, como números crescentes e decrescentes, operações numéricas e etc.

---

<sup>8</sup> Os testes cognitivos aplicados pelos alfabetizadores pretendem revelar quais as habilidades e competências que os alfabetizandos possuem na área da leitura, da escrita e da matemática. Eles são aplicados em duas etapas: no 15º dia após o início das aulas e no 10 dias antes de acabarem as aulas.

Fonte: **Programa Brasil Alfabetizado**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> > Acesso em: 03.mar.2014.

As atividades envolvendo conteúdos de Matemática serviram de referência para o planejamento e execução de uma das atividades propostas na disciplina Estágio Supervisionado V da Área de Aprofundamento em Educação de Jovens e Adultos. Segue o relato de como foi esta experiência:

A aula ministrada na turma do Ciclo I em Educação de Jovens e Adultos em Escola da rede pública do município de Cabedelo/PB, foi baseada nas orientações dadas na Formação Continuada do Programa Brasil Alfabetizado “Os números da nossa vida”, realizada na Universidade Federal da Paraíba, pela Professora Maria Azerêdo, para a disciplina de Matemática.

Estavam presentes: Cinco (5) alunos, - dentre estes (1) uma aluna deficiente auditiva - a professora da turma e a professora intérprete.

Iniciamos com a nossa apresentação e com a explicação do motivo de estarmos na sala para ministrar uma aula - cumprir uma atividade proposta pelo Curso de Pedagogia na UFPB.

Seguimos com uma dinâmica, solicitando que os alunos falassem sobre ‘COMO FOI SEU DIA, HOJE?’, relacionando- o com um tempo climático (foi bom? foi ensolarado? foi nublado? foi chuvoso? tempestuoso?).

Os alunos se expressaram com poucas palavras e, apenas uma, se deteve a explicar em detalhes o seu dia tempestuoso.

Depois da dinâmica, pedimos que anotassem em uma folha **um número importante para vida deles**. Neste momento a maioria encontrou dificuldades para saber dizer um número importante. A partir da escrita do número, cada um pode dizer o porquê de escolher tais números, os quais nós fomos escrevendo no quadro aleatoriamente e foram destacadas: data do nascimento do filho e data de aniversário, e curiosamente, uma aluna - que já sofreu uma perda com o assassinato de seu filho e sofre com problemas de saúde, precisando tomar remédios controlados - , começou citando vários números representando anos, mas quando ela percebeu que iríamos perguntar o porquê da escolha, preferiu anotar o número zero (0), em sua justificativa, porque lembrava a moeda.

Percebemos neste momento que o zero (0) não representava o que ela disse, mas sim a sua dificuldade de lidar com os acontecimentos de sua vida, preferindo assim, anular-se.

Outro fato interessante, foi que a aluna surda, não quis registrar nenhum número, pois nem sabia a data do seu aniversário (esta aluna tem 30 anos).

Todos tendo respondido, fizemos a proposta para que escrevessem em ordem crescente e depois decrescente. Com estes números trabalhamos também a adição.

Percebemos que dois alunos tiveram dificuldades para montagem dos números e fazer a adição. Quando anotamos no quadro a forma de organizar a adição com aqueles números, e depois de somarmos juntos, um aluno disse que o dele "estava errado" porque não havia montado a conta conforme fizemos, mas havia dado "a mesma resposta". Aproveitamos para explicar que na adição esta ordem da colocação dos números não altera o resultado, mas que nas outras operações é preciso ter atenção quanto a forma de colocar os números em suas devidas posições.

Logo depois, explicamos o porquê termos iniciado a aula com os números importantes em nossa vida e perguntamos a cada um para quê serviam os números. Uma aluna, que está entre idas e vindas, desde 2003 na alfabetização respondeu que não servia para nada, então outro aluno começou a explicar o significado dos números em sua vida (fazer as contas, saber as quantidades dos materiais que precisa para fazer o seu trabalho - ele é mestre de obra -, receber dinheiro e etc.). Desta forma, começamos a conversar sobre a importância dos números em nossa vida e em que locais eles veem e utilizam os números.

O aluno, que falou o significado dos números, pegou seu dinheiro e mostrou para quem disse que não servia de nada. Pegamos uma nota de R\$ 2,00 e mostramos para todos, também explicando para quê serve um número de série impresso na nota.

Para terminar, fizemos o ditado dos números (unidade, dezena, centena e milhar) para verificar como eles sabem escrever os números. Foram ditados os números: 5, 104, 223, 7, 1541, 678, 2014. As respostas variaram: 223 - 20023/2023; 1541 - 100500041; 678 - 60078; 2014 - 214.

Após as respostas escritas, pedi para que me entregassem suas folhas sem corrigir, e fui convidando quem queria escrever os números no quadro e a partir daí, os alunos foram percebendo o que haviam errado.

Falamos para eles que é muito importante sabermos como se escrevem os números, dando exemplos da forma correta de preencherem ou verificarem a forma como se escreve em um cheque; comprar um produto – *neste momento foi gerada uma conversa sobre direitos do consumidor*.

Enfim, em toda aula, foi mostrado aos alunos que o que aprendemos na escola é (deveria ser) importante para a nossa vida.

Através deste contato e entendimento do que é alfabetização de jovens e adultos, e ter tido a oportunidade de ministrar pelo menos, uma aula, acreditamos ter contribuído, mesmo que minimamente, para ampliar os conhecimentos desses alunos permitindo-lhes enxergar o significado não só dos números em seu dia-a-dia, mas o significado do aprendizado.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que estas Considerações Finais não devem assumir um caráter conclusivo, optamos por pontuar os aspectos que, ao longo do texto, instigaram a nossa curiosidade, reflexão, questionamentos, indignações que podem ser interpretados ou reconhecidos como SABERES para a nossa formação.

- a curiosidade que nos moveu em direção ao nosso objeto de estudo (Como desenvolver projetos para alfabetização de jovens e adultos? Quem são os alfabetizadores que atuam na EJA? Quem são os alfabetizandos?) foi sendo esclarecida com as leituras, as observações, as conversas, os diálogos mantidos. E se ainda há um caminho a percorrer, sabemos a direção a seguir;
- compreender o fenômeno do analfabetismo como uma questão política (além de pedagógica) foi um passo importante no processo de construção deste trabalho;
- reconhecer a atualidade das lições de FREIRE, como princípios para uma prática que conduza à autonomia dos educandos/alfabetizandos, é um estímulo para admitir permanecer e avançar neste caminho da EJA;
- ter a convicção de que o analfabetismo significa a negação de um direito, não apenas de saber ler e escrever, mas de ser e estar plenamente e com dignidade, no mundo;
- as especificidades do público da EJA supõe uma prática diferenciada do ensino regular e exige uma formação específica dos educadores para assumir esta prática;
- na aproximação com experiências de alfabetização é impossível não se indignar: com os "belos" discursos teóricos que não coincidem com a prática; com os conteúdos defasados, desnecessários, descontextualizados; com as metodologias inadequadas, antiquadas, que (se repetem há muitas décadas em

salas de EJA), que se revelam, mais do que infantilizadas porque subestimam a capacidade criadora e os saberes que os alfabetizandos trazem consigo.

Estes registros e reflexões aqui esboçados nos conduzem a FREIRE (1996, p.91):

Não importa com que faixa etária trabalhe o educador ou a educadora. O nosso trabalho realizado com gente, miúda, jovem ou adulta, mas gente em permanente processo de busca. Gente formando-se, mudando, crescendo, reorientando-se, melhorando, mas, porque gente, capaz de negar os valores, de distorcer-se, de recuar, de transgredir. Não sendo superior nem inferior a outra prática 'profissional, a minha, que é a prática docente, exige de mim um alto nível de responsabilidade ética de que a minha própria capacitação científica faz parte. (FREIRE, 1996, p.91).

Assim, o nosso encantamento pela arte de ensinar permanece e nos faz sentir a intensa vontade de ingressar na prática alfabetizadora.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel - **Formar educadoras e educadores de jovens e adultos**. In: SOARES, Leôncio (Org.). Formação de educadores de jovens e adultos. Belo Horizonte: SECAD-MEC/UNESCO, 2006. 293p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.113p.

BRASIL. Lei nº 9394/96 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 8. ed. – Brasília: Edições Câmara, 2013. 46p.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em 05. jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. / Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Parecer CNE/CEB 11/2000. — Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Caderno 1 da EJA: alunos e alunas da EJA**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão / Ministério da Educação, Departamento de Educação de Jovens e Adultos. — Brasília: MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Caderno 2 da EJA: a sala de aula como espaço de vivência e aprendizagem**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão / Ministério da Educação, Departamento de Educação de Jovens e Adultos. — Brasília: MEC, 2006.

DEMO, Pedro. (1994). **Metodologia da Investigação em Educação**. IPBEX. Curitiba: 2005.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 149p.

\_\_\_\_\_, Paulo. (1970). **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.107p.



\_\_\_\_\_, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. 92p.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos: um cenário possível para o Brasil** (2003). Disponível em: < <http://siteantigo.paulofreire.org> >. Acesso em 12. dez. 2013.

**Indicadores Sociais Municipais: Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico (2010) / Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira, (2010).** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/tabelas\\_pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf)>. Acesso em: 25. dez. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Alfabetização como liberdade.** – Brasília: UNESCO, MEC, 2003.72p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática.** - Brasília: UNESCO, 2008.212p.

**Programa Alfabetização Solidária (AlfaSol).** Disponível em: < <http://www.alfabetizacao.org.br/site/alfasol.asp> >. Acesso em: 16. mar. 2014.

**Programa Brasil Alfabetizado.** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 03. mar. 2014.

**Projeto MOVA-Brasil.** Disponível em: <<http://www.paulofreire.org/programas-e-projetos/educacao-de-adultos/mova-brasil>>. Acesso em: 08. mar. 2014.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica.** FAETEC/IST, Paracambi: 2007. 20p.

SILVA, José Barbosa da (Org.). **Retratos na parede: saberes docentes em educação de jovens e adultos: teatro, cinema, poesia, música, jornais.** João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura/Textoarte, 2004.

**Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores\\_sociais\\_municipais/tabelas\\_pdf/tab28.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab28.pdf)>. Acesso em: 25. dez. 2013.

TEIXEIRA, Gilberto. **A questão do método na investigação científica.** (2005, 19p). Disponível em <<http://www.serprofessoruniversitario.pro.br>>. Acesso em: 13. mai. 2013.

**ANEXO A - Perguntas dirigidas às alunas e alunos em processo de alfabetização em uma Escola da rede pública no município de Cabedelo/PB**

Aluno/ Aluna: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Dificuldades que enfrentou para frequentar/permanecer na Escola?

---

---

O que mais lhe motiva a querer aprender a ler e escrever?

---

---

Qual é o seu sonho?

---

---

Pretende prosseguir com os estudos depois que for alfabetizado? Por que?

---

---

**ANEXO B - Questionário realizado com alfabetizadoras, em processo de Formação Continuada, do Programa Brasil Alfabetizado, do município de João Pessoa, ministrada na UFPB.**

Educador (a): \_\_\_\_\_

Local da sala de aula: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Faixa etária dos alunos: \_\_\_\_\_ N° de alunos freqüentando: \_\_\_\_\_

Quem são seus alunos?

---

---

Quais foram as atividades realizadas até o momento?

---

---

O que deu certo?

---

---

Você enfrentou dificuldades? Quais?

---

---